

### CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

RUA BENJAMIN CONSTANT, 478 - CENTRO

dá outras providências.



	Autografo 06
PROC. LEGISLATIVO N°	DISTRIBUIÇÃO (
DATA: Ol de abril de 2008	Setor Legislativo Codicion Em 0110 4108
NATUREZA: PROJETO DE LEI Nº 14/2008	Lalif pare surdin parece
AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL	Parcieres versais des Comissois cle LIRF e OFFinanças. HProvido por unaminudade em Redação Tinal. Relator Poscef Khalil upre- senton emenda.
	Ou: 03/04/08
ASSUNTO:Concede revisão geral de re-	Pedrinho Oliveir
muneração aos servidores do	
Poder Executivo Municipal e	



### PROJETO DE LEI N. º 14 DE MARÇO DE 2008

A(s)Comissão(ões) LEGISLAÇÃO, JUSTI-CA E RED. FINAL EM 01/04/2008 Que come Presidente CMRB

Concede revisão geral de remuneração aos servidores do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO-ACRE, usando das atribuições que são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

- Art. 1°. Fica concedida revisão geral de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas, cargos em comissão e funções gratificadas, abrangidos pelas Leis Municipais n° 1.342/2000, n° 1.218/1995, n° 1.426/2001 e n° 1.551/2005, arts. 114 a 121, no percentual de 5,21% (cinco vírgula vinte e um por cento), apurado com base no IPCA-IBGE acumulado no período de maio de 2006 a dezembro de 2007, a incidir sobre vencimentos, comissões, gratificações, vantagens pessoais permanentes, proventos e pensões.
- Art. 2°. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei são previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias, pela Lei Orçamentária Anual.
- Art. 3°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1°de janeiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco-Acre, de março de 2008, da República, do Tratado de Petrópolis, do Estado do Acre e do Município de Rio Branco.

Raimundo Angelim Vasconcelos Prefeito de Rio Branco





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO GABINETE DO PREFEITO

#### MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 034/2008

Senhor Presidente.

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores:

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, o anexo Projeto de Lei, que trata da revisão geral anual da remuneração dos servidores ativos, inativos, pensionistas, cargos em comissão e função gratificadas, deste Poder Executivo.

Em obediência aos ditames dispostos no art. 37, X, da nossa Constituição Federal, a proposta pretende a aplicação do percentual de 5,21% (cinco vírgula vinte e um por cento), sobre as tabelas salariais vigentes em dezembro de 2007, a título de recomposição de perdas apuradas no período de maio de 2006 a dezembro de 2007, tendo como base o ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLIADO – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Cumpre salientar, que o acréscimo de despesa decorrente da presente proposta está previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA – 2008 e que o Município manter-se-á dentro dos limites fixados pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, quanto à realização da Despesa com Pessoal.

Atendidos os preceitos legais e pelas razões expendidas, levase à apreciação desse Poder o presente Projeto, contando com a receptividade unânime de nossos respeitáveis Legisladores.

Atenciosamente.

Rio Branco-AC, 27 de março de 2008.

Raimundo Angelim Vasconcelos

Prefeito de Rio Branco





## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua Benjamin Constant, 478 - Centro

Jone une Versais des Comissées de
Leg. Dutica e Red. Finef & Organich
- South & People France & Octavian B
as sexuates emendos:
as seguertes emendos:
1- Parapapo Juno - Aos Semidores do crupo basio, Nivel I, Letra A, a revi- gar da remineração Sera feita no per- central de 9,16% (None virgula dezeneis
_ aupo basio, Nivel I, Letra A, a revi-
gas da remuneração sera seita no 1261-
Centre de 9,16% (Nove virgula dezeneis
Do (24 to)
1 A 1 20 Est 0: 1 to 10
2. Mo- tila ele, gulanente com
Os anexis Le II, que dela ferzeni parte,
2. Ari 3°. Esta lei, juntament com os anexos I e II, que dela jazem parte, entra em vigor
Em: 03/04/08
0.0(4)
Pedrinho Oliveira
Presidente CMRB
<u> </u>

Paragras Unio - Aos servidores do Grupo Zásico, Minel I, Letra A, a revision de remuneração será leita no genentual de 9,16% 1.3° Esta lei, juntamente com os anescos I e II, que dela javem parte,

no ferentiais de 5,219, x 9,16%, para à servidores de Avoid Jupe Basus, Muel I, Coto



#### PREFEITURA MUNICIAPAL DE RIO BRANCO - ACRE

LEI MUNICIPAL N° \_\_\_\_\_/2008 ANEXO I

Janeiro de 2008

#### Tabela para o quadro de funcionários da PMRB

#### T03 - Exceto professores e especialistas

Grupo		Padrões													
	Nível	Α	В	С	D	E	F	G	Н	1	J	L	M		
Básico	1	436,62	449,72	463,21	477,11	491,42	506,16	521,34	536,98	553,09	569,68	586,77	604,37		
	II	547,09	563,50	580,41	597,82	615,75	634,22	653,25	672,85	693,04	713,83	735,24	757,30		
Médio	III	606,01	624,19	642,92	662,21	682,08	702,54	723,62	745,33	767,69	790,72	814,44	838,87		
	IV	789,50	813,19	837,59	862,72	888,60	915,26	942,72	971,00	1000,13	1030,13	1061,03	1092,86		
Superior	V	1414,02	1456,44	1500,13	1545,13	1591,48	1639,22	1688,40	1739,05	1791,22	1844,96	1900,31	1957,32		
Variação - 9	%	-	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3		

#### T04 - Motoristas, operadores de máquinas pesadas e mecânicos

	Padrões													
Grupo	Nível	Α	В	С	D	E	F	G	Н	1	J	L	M	
Básico	1	553,83	570,44	587,55	605,18	623,34	642,04	661,30	681,14	701,57	722,62	744,30	766,63	
	11	648,09	667,53	687,56	708,19	729,44	751,32	773,86	797,08	820,99	845,62	870,99	897,12	
Variação - <sup>c</sup>	%	-	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	



#### PREFEITURA MUNICIAPAL DE RIO BRANCO - ACRE

LEI MUNICIPAL N° \_\_\_\_\_/2008 ANEXO II

Janeiro de 2008

#### Tabela para o quadro de professores e especialistas em educação

#### Quadro permanente

Grupo	Nível	Α	В	С	D	E	F	G	Н	- 1
Magistério	1	683,44	724,79	768,65	815,16	864,49	916,80	972,28	1031,11	1093,50
Superior	2	1414,02	1499,58	1590,32	1686,55	1788,60	1896,83	2011,61	2133,33	2262,42
Variação - %	0	-	6,051	6,051	6,051	6,051	6,051	6,051	6,051	6,051

Nível 1 - Magistério

Nível 2 - Superior

#### Quadro Suplementar

Grupo	Nível	Α	В	С	D	Е	F	G	Н	- 1
Médio	1	612,74	644,43	677,76	712,81	749,68	788,45	829,23	872,12	917,23
L. Curta	2	1060,52	1115,37	1173,06	1233,73	1297,54	1364,65	1435,23	1509,46	1587,53
Variação - 9	6	-	5,172	5,172	5,172	5,172	5,172	5,172	5,172	5,172

Nível 1 - Médio

Nível 2 - Licenciatura Curta



#### CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE Rua Benjamin Constant, 925 – Centro.

Parecer n°. \_\_\_\_\_\_/08 Projeto de Lei n° 14/08

Autoria: Executivo Municipal

Ementa: "Concede Revisão Geral de Remuneração aos Servidores do

Poder Executivo Municipal e dá outras providências".

Ficam aprovados em Redação Final, todos os termos do Projeto de Lei nº 14/08, de autoria do Poder Executivo Municipal, que Concede Revisão Geral de Remuneração aos Servidores do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Sala das Sessões, <u>B</u> de <u>ahel</u> de 2008.

#### REDAÇÃO FINAL

"Concede revisão geral de remuneração aos servidores do Poder Executivo Municipal e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE RIO BRANCO-ACRE, usando das atribuições que são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica concedida revisão geral de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas, cargos em comissão e funções gratificadas, abrangidos pelas Leis Municipais nº 1.342/2000, nº. 1.218/1995, nº. 1.426/2001 e nº. 1.551/2005, arts. 114 a 121, no percentual de 5,21%(cinco vírgula vinte e um por cento), apurado com base no IPCA-IBGE acumulado no período de maio de 2006 a dezembro de 2007, a incidir sobre vencimentos, comissões, gratificações, vantagens pessoais permanentes, proventos e pensões.

**Parágrafo Único** - Aos servidores do Grupo Básico, Nível I, Letra A, a revisão da remuneração será feita no percentual de 9,16(nove vírgula dezesseis por cento).

- **Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei são previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias, pela Lei Orçamentária Anual.
- **Art. 3º** Esta Lei, juntamente com os Anexos I e II, que dela fazem parte, entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.